



Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

Despacho

Assunto: DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI 439/2022

Número de referência: CGE-PRC-2022/00392 - PROTOCOLO SIC Nº [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria de Logística e Transportes

UNIDADE: Departamento de Estradas de Rodagem - DER

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Solicita de acesso a escala do agente de RG/RE nº 1299018 no dia 09/04/2021, bem como a localidade a qual prestou serviços. Atendimento adequado da demanda. Perda de objeto.

DECISÃO - CGE-CODUSP/LAI Nº 439/2022

1. Trata o presente expediente de pedido formulado ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER, conforme consta do protocolo SIC e ementa em epígrafe.
2. Em resposta e em recurso, o órgão encaminhou para o solicitante a seguinte informação: "*Em atenção à solicitação encaminhada via Serviço de Informações ao Cidadão – DER, acerca de informações de “escala de serviço”, esclarecemos que o Policial Militar Rodoviário de registro estatístico número 129901-8, pertencente ao efetivo do 6º Batalhão de Polícia Rodoviária, na data de 09 de abril de 2022, encontrava-se prévia e nominalmente escalado das 06h45min às 19h00min, na área da 3ª Companhia, sediada na cidade de São José dos Campos.*" Insatisfeito, o cidadão interpôs o presente apelo, cabível a esta Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário do Serviço Público da Controladoria Geral do Estado, nos termos dos incisos II e VII, do artigo 27, do Decreto nº 66.850, de 15 de junho de 2022.
3. Instado a complementar as informações o ente esclareceu os motivos para não atendimento da demanda, tendo em vista comportar dados protegidos na forma do artigo 31 da Lei Federal nº 12.527/11. Cientificado, o solicitante não mais se manifestou, sendo razoável concluir pelo atendimento da demanda, nos termos da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI).
4. Considerando que o órgão justificou os motivos do não atendimento da demanda, bem como, a pedido desta Coordenadoria, enviou complementou informações, que foram transmitidas ao cidadão, extemporaneamente, nos termos da legislação vigente, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11 da referida Lei Federal nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052, de 16 de maio de 2012, com redação dada pelo Decreto nº 61.175, de 18 de março de 2015, alterado pelo aludido Decreto 66.850 de 15 de junho de 2022.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos.

Classif. documental

006.03.02.001

Governo do Estado de São Paulo
Controladoria Geral do Estado
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

São Paulo, 29 de dezembro de 2022.

Antonio Carlos Santa Izabel
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público - Corregedor
Coordenadoria de Ouvidoria e Defesa do Usuário Público

CGEDES202206387A